

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EVASÃO E REPETÊNCIA: A RECONSTRUÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE ENGENHO VELHO-RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Nadia Maria Poglia Lasta

Constantina, RS, Brasil

2010

**Evasão e Repetência: A Reconstrução do Projeto Político-
Pedagógico em uma Escola Estadual de
Engenho Velho-RS**

Nadia Maria Poglia Lasta

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Renan Guterres

Constantina, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**Evasão e Repetência: A Reconstrução do Projeto Político-
Pedagógico em uma Escola Estadual de Engenho Velho-RS**

elaborada por

Nadia Maria Pogliola Lasta

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Clóvis Renan Jacques Guterres - Dr.
(Presidente/Orientador)**

Franciele Ross da Silva Ilha – Ms.

Mariglei Severo Maraschin – Ms

Constantina, 11 de dezembro de 2010.

Dedico este trabalho a minha família, pessoas com quem aprendi as primeiras lições de vida e estudo. A meu esposo Olivar e meus filhos Caroline e Víctor, que souberam entender os momentos de ausência. Obrigada!

Acredito na existência de um fundo humano comum que nos permite o diálogo, a comunicação entre as diferentes cultura, mesmo que haja alguns elementos incompreensíveis.(Rodrigo A. Venzon).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

Evasão e Repetência: A Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico em uma Escola Estadual de Engenho Velho-RS

AUTORA: NADIA MARIA POGLIA LASTA

ORIENTADOR: CLÓVIS RENAN GUTERRES

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 11 de dezembro de 2010.

Este trabalho, fruto do curso de Pós-Graduação a Distância em Gestão Educacional, pela Universidade de Santa Maria, buscou sob o título “Evasão e Repetência: A Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico em uma Escola Estadual de Engenho Velho-RS”, realizar um estudo quantitativo e qualitativo dos crescentes casos de evasão e repetência ocorridos na Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto, daquele município. Inicialmente procedeu-se uma investigação bibliográfica visando o domínio conceitual sobre tema. Os dados para análise foram obtidos através da documentação da escola como fichas de matrícula, arquivo passivo, atas, Projeto Político-Pedagógico e através de entrevistas semi estruturadas aplicadas a diversos membros da comunidade escolar. A análise dos dados revelou um considerável esvaziamento populacional no município, que se reflete na crescente evasão escolar e na modificação do quadro étnico antes predominantemente de descendência italiana e hoje com significativa presença indígena. Valorizar e respeitar as diferenças, os diferentes saberes e o diálogo intercultural torna-se elemento fundamental para uma nova concepção de educação, a ser resgatada através de práticas mais participativas. Então, optar por reorganizar e executar um Projeto Político-Pedagógico participativo levando em consideração todas estas questões, torna-se um grande desafio.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico, educação indígena, gestão escolar, gestão democrática, avaliação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

Evasão e Repetência: A Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico em uma Escola Estadual de Engenho Velho-RS
(Dropout and Repetition: A Reconstruction of the Political and Pedagogical in a State School Plantation Old-RS)

AUTHOR: NADIA MARIA POGLIA LASTA

ADVISER: CLÓVIS RENAN GUTERRES

Date and Location of Defense: Constantina / RS, 11 December 2010.

This work, the result of post-Graduate Distance Learning in Education Management from the University of Santa Maria, looked under "Dropout and Repetition: A Reconstruction of the Political and Pedagogical in a State School Plantation Old-RS", perform a quantitative and qualitative study of increasing cases of evasion and failure occurred in the State School High School Floriano Peixoto, that municipality. Initially we carried out a literature search aimed at the conceptual domain on the issue. Data for analysis were obtained through the documentation of the school as enrollment forms, file liability, proceedings, political and pedagogical project and through semi-structured interviews applied to several members of the school community. Data analysis revealed a significant population depletion in the city, which is reflected in the increasing dropout rates and the amendment of the table before ethnic predominantly of Italian descent and today with a significant indigenous presence. Value and respect the differences, the different knowledge and intercultural dialogue becomes key to a new conception of education, to be rescued through more participatory practices. Then choose to reorganize and run a participatory political and pedagogical project taking into consideration all these issues, it becomes a challenge.

Keywords: political-pedagogical project, indigenous education, school management, democratic management, evaluation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 09 |
| 1. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 11 |
| 1.1 Gestão Escolar..... | 14 |
| 1.2 Gestão Democrática..... | 15 |
| 2 .CAMINHOS DA PESQUISA..... | 17 |
| 3. CONTEXTO GERAL DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO..... | 19 |
| 3.1 Contexto Específico do Estudo: a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto..... | 21 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| REFERÊNCIAS..... | 32 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para Minayo (2003, p.18) “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.” Este trabalho baseia-se na vivência que o motivou e aqui relato o processo de busca por respostas.

Trabalhando a alguns anos, como professora da Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto, situada no município de Engenho Velho, RS, na qual já atuei também como vice-diretora, diretora e coordenadora pedagógica, nota-se, nos últimos anos, o aumento expressivo da evasão e repetência escolar ocorridas na referida escola, sem falar nas queixas dos professores, cada vez mais frequentes, de que os alunos estão desmotivados.

As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias sociais e são frutos desta circunstância real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. Neste sentido, encaminha-se a busca da dimensão da real problemática apresentada e a busca das soluções pedagógicas para os problemas educacionais e conseqüentemente sociais, encontrados junto à Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto, de Engenho Velho/RS.

A pergunta que norteia este trabalho é: “Como reverter os problemas educacionais decorrentes da evasão e da repetência, extremamente acentuada especialmente entre os indígenas, acrescida do problema de integração da população indígena?”

Assim os objetivos deste trabalho são:

1. Analisar a evasão e a repetência na Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto de Engenho Velho-RS, no período de 2001 a 2009;

2. Investigar as adequações necessárias em termos de gestão escolar, proposta pedagógica, processo ensino-aprendizagem, com ênfase na reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e formação continuada de professores, visando a melhoria da qualidade educacional. Para tanto, analisar documentos, planejamentos escolares e docentes.

Este texto está dividido em três partes: Referencial Teórico, no qual são examinadas as conceituações básicas em conformidade com a literatura atual; Caminhos de Pesquisa que explicitam os procedimentos da investigação e a Contextualização Geral da Pesquisa que procura explicitar o meio social onde está inserida a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto e ainda, realiza a análise do Contexto Específico do Estudo que enfoca a escola em si, analisa e discute os resultados da pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o dicionário Aurélio (2004), educação “é um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança ou do ser humano em geral”. A prática pedagógica direciona a ação educacional, não há projeto neutro, uma vez que “todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia”, como afirma Paulo Freire (2001, p.44).

O espaço escolar privilegiado para inovar, criar e propor avanços necessários, sem dúvida é o currículo, por se constituir em toda a ação pedagógica refletida que se realiza na escola e a partir dela, se concretiza a aprendizagem, como afirma Menegolla & Sant Anna, 1993, p.53. São as atividades dentro e fora da sala de aula e que contribuem para o desenvolvimento dos alunos.

Sendo assim, currículo é muito mais que a simples grade de matéria ou uma listagem de conteúdos. Portanto, através do currículo, realiza-se a difusão do conhecimento científico acumulado pela humanidade por séculos.

Em sua operacionalização, deve-se levar em consideração, a realidade sócio-histórico e cultural da comunidade a que se destina, atribuindo desta forma, significado aos conhecimentos e saberes trabalhados na escola.

Independentemente da concepção de currículo que inspira a escola no seu planejamento e na sua organização curricular, independente do modelo pedagógico que sustenta a ação pedagógica protagonizada na escola, faz-se necessário observar o que não é currículo numa perspectiva cultural e dialógica de educação, como salientam Menegolla & Sant Anna:

(...) Simplesmente a relação e distribuição das disciplinas, com sua respectiva carga horária. Não é, também, o número de horas-aulas e dos dias letivos. Ele não se constitui apenas por uma seqüência de estudos, que chamamos de base curricular(...) ou uma listagem de conhecimentos e conteúdos das diferentes disciplinas para serem ensinados de forma sistemática, na sala de aula. (...) não deve ser concebido apenas como uma relação de conteúdos ou conhecimentos delimitados ou isolados. (...) não é um plano padronizado, onde estão relacionados alguns princípios e normas para o funcionamento da escola, como se fosse um manual de instrução para poder se acionar uma máquina.(...) o currículo não é algo restrito somente ao âmbito da escola ou da sala de aula (MENEGOLLA & SANT ANNA, 1993, p.50).

Então, ainda segundo Menegolla & Sant Anna o currículo:

por ser algo que ultrapassa as paredes e muros da instituição educativa, pensar currículo exige um pensar sobre todos os esforços direcionados

para dinamizar a ação educativa num ambiente educativo e potencializar o desenvolvimento pleno da pessoa humana. Enfim, o currículo é a “força que transforma a realidade escolar em vida escolar. (...) é a experiência de vida que o educando realiza para atingir a sua auto-realização (MENEGOLLA & SANT ANNA, 1993, p.53).

Diante deste contexto, faz-se necessário uma reestruturação na forma de pensar, de ver a educação. Dedicar mais tempo para repensar o currículo, para o planejamento e os métodos é uma alternativa para as escolas. Não se pode mais pensar em aulas enfadonhas, onde o professor é visto como aquele que sabe e o aluno aquele que aprende, o professor é cada vez mais o mediador do conhecimento.

O modelo de educação criado para servir aos interesses dos grupos dominantes deixou de existir a partir do momento que a escola passou a homogeneizar processos, assim é interessante perceber que a idéia de fracasso escolar coincide com a universalização da educação, como salienta Lúcia Helena Alvarez Leite, em seu texto: Com Um Pé Na Aldeia e Um Pé No Mundo: avanços, dificuldades e desafios na construção das escolas indígenas públicas e diferenciadas no Brasil(2010),

Dessa forma, o fracasso escolar revela a diversidade de grupos sociais presentes na escola pública, mas a identifica com a deficiência escolar. Nesta lógica, o fracasso é justificado pela condição social e cultural dos sujeitos e a “culpa” é depositada na pobreza, na desestruturação da família, na falta de estímulo do meio cultural em que estes alunos vivem. Assim, a consequência deste modelo de escola acabou sendo a exclusão e a discriminação de inúmeros grupos sociais e culturais. (p.197)

Atualmente torna-se cada vez mais importante para as pessoas manifestarem suas opiniões relativas a organização escolar e por que não salientar, que isto também ocorra no processo avaliativo, pois tradicionalmente a avaliação ainda é feita sem levar em conta a subjetividade, ainda na preponderância da quantidade em relação à qualidade. Como diz Vasconcelos (1988, p.19) ela, antes de mais nada, deve estar comprometida com a promoção de aprendizagem por parte de todos os alunos.

Devemos tornar o ato de avaliar uma prática de investigação diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada, que se destina a verificar se houve aprendizagem, em um processo abrangente, que envolve não só a aprendizagem do aluno, mas a prática do professor.

a verificação da aprendizagem emerge das determinações da conduta de, intencionalmente, buscar ver se algo é isso mesmo. (...) O processo de

verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado (...) por si só a verificação não implica que o sujeito retire dela conseqüências novas e significativas (LUCKESI, 1990, p.75).

Ferrari em seu livro, *Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avaliações recentes* (1985, p.49) enfatiza que, reprovação e exclusão social estão interligados: “A exclusão praticada no processo de alfabetização, através da reprovação e repetência, alimenta, no momento seguinte, através do que eufemisticamente se denomina de evasão escolar, o contingente dos já excluídos do processo”.

Já Ribeiro, tratou a questão da repetência como questão cultural:

É claro que nessa nossa “pedagogia da repetência”, a ameaça de reprovação constitui o principal mecanismo de pressão ou ‘motivação’ para que os alunos estudem. Esse mecanismo revela a cultura autoritária e repressiva de nossa sociedade, e é difícil de ser substituído por outros tipos de motivação, de natureza positiva. (RIBEIRO, 1993, p. 72)

Ainda a respeito da repetência Arroyo, em seu livro *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres* (2004), afirma que:

Um caminho esperançoso para superar a cultura de reprovação-repetência acontecerá se os docentes se aprofundarem nas teorias da aprendizagem. Acompanhar com profissionalismo os educandos em seus processos de aprender em vez de reprová-los, retê-los e truncar esses processos. (ARROYO, 2004)

Faz também, uma referência muito importante a respeito dos motivos para repensarmos a reprovação:

Há mais um motivo forte para superar a prática de reprovação-repetência: os custos humanos pagos pelos educandos(as) reprovados e retidos. Crianças, adolescentes e jovens são separados de seus colegas, amigos são truncadas, quebram-se sua auto-imagem e sua auto-estima, sentem-se humilhados. Esses custos humanos em nada contribuem para facilitar e estimular os processos de aprender, de socialização e de formação humana dos educandos, que passam por processos de rupturas de suas identidades na sociedade. Identidades quebradas são mentes bloqueadas para aprender. (ARROYO, 2004)

O processo de avaliação só se justifica na medida em que, seja utilizado como um diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem e deve estar vinculada às bases que sustentam o Projeto Político Pedagógico da escola.

Para Vasconcelos (1988, p.19), “a avaliação para assumir o caráter transformador e não de mera constatação e classificação, antes de mais nada deve estar comprometida com a promoção de aprendizagem (e desenvolvimento) por parte de todos os alunos”. Já Hoffman acrescenta que,

Se o processo avaliativo implicar num olhar valorativo e investigador sobre as diferentes formas de ser e de pensar dos educadores e dos educandos, poderá ultrapassar o individualismo e gerar a cooperação e a interdisciplinaridade na produção do conhecimento escolar. (HOFFMAN, 1999, p.25).

Romper paradigmas começa com um Projeto Político-Pedagógico, definido com a participação dos envolvidos no processo educacional, pois segundo Gadotti (1998, p.15), “O projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação de escola.”

Quanto ao Planejamento Participativo, Gandin diz:

O Planejamento Participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração de justiça social passa pela participação de todos no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, se quisermos seguir no mesmo modo de falar, passa pela participação de todos (GANDIN, 1998, p.28).

Um planejamento mais participativo busca dar novos rumos ao cotidiano da escola e do fazer pedagógico e decidir por ele, é estar preparado para a partilha do poder. O gestor, como a principal liderança neste processo precisa comprometer os envolvidos, para que se sintam responsáveis no processo.

1.1 Gestão Escolar

Para Barbosa (1999, p. 219), “a gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico construído coletivamente”.

Gestão pode ser entendida como a arte de pensar, agir e fazer acontecer. Sendo assim, o gestor precisa liderar e comprometer o indivíduo envolvido, para que se sinta responsável no processo.

O gestor deve trabalhar para superar as diferenças, a fragmentação, a descontextualização e construir através de um olhar abrangente e interativo, a visão e orientação de conjunto, e a partir do qual desenvolver ações articuladas e conscientes. Também, voltar um olhar prioritário para a ação pedagógica da escola, pois este é o fim a que ela se destina.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) ocupa o papel central na construção do processo de participação escolar e, portanto, na execução de uma gestão democrática. Motivar os diversos segmentos da comunidade escolar a participar ativamente da elaboração do PPP é um grande desafio do gestor, que precisará exercitar a democracia, o diálogo e o respeito às diferenças sociais e de opinião. Ainda segundo Barbosa,

[...] a sua construção implica aprendizado do jogo democrático entre os vários interlocutores da escola (professores, conselho, funcionários, etc.). Trata-se de uma luta política e, portanto, deve envolver todos os segmentos na busca da ruptura com a cultura autoritária da escola (BARBOSA, 1999, p.91).

Um Projeto Político-Pedagógico é uma ferramenta muito importante para a escola e para o gestor e por isso há a necessidade de que ele seja construído pela participação, é importante que conste nele objetivos e metas que se deseja atingir.

Por esta razão, a gestão participativa envolve em suas atividades além do diretor, dos professores e dos funcionários, os alunos, os pais e qualquer membro da comunidade escolar que esteja empenhado em colaborar na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola.

1.2 Gestão Democrática

A gestão democrática escolar, como o próprio nome diz, envolve a distribuição do poder, ou seja, a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar: gestores, pais, alunos, professores, funcionários, numa distribuição equitativa do poder.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) prevê “uma progressiva autonomia pedagógica, administrativa e financeira e aponta as normas para uma gestão democrática”. Indica, ainda, dois instrumentos fundamentais que são: a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, contando com a participação dos profissionais da educação e a participação das comunidades escolar e local.

Essa dinâmica se efetiva como um processo de aprendizado político para a construção de uma cultura de participação e de gestão democrática na escola. A

criação de instrumentos de participação coletiva como: Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e a eleição de diretores.

A discussão e mudanças na organização do trabalho, na gestão da escola e o estabelecimento de formas de distribuição do poder, assim como da vivência e construção de novas formas de relacionamento interpessoal, são de fundamental importância para motivar esta participação.

Desse modo, ressalta-se novamente a importância da construção coletiva de um projeto pedagógico para a escola, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade local e escolar. Ou seja, alguns processos chamados de participação não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, configurando-se como mecanismo legitimador de decisões já tomadas anteriormente, como por exemplo, chamar o conselho escolar para 'aprovar' a prestação de contas.

É por isto então, que a eleição de diretores não é democracia, é um momento da democracia, é condição de possibilidade que visa a mudança ou a continuidade de um trabalho. Para Barbosa:

A gestão democrática, assim entendida, exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA, 1999, p.219).

Com base nesta visão democrática da gestão, o desafio é mudar a mentalidade e dar abertura para a participação efetiva da comunidade na vida educacional do país. Para Pereira (2006, p.5) "A gestão democrática exige o cultivo da cultura da participação, do trabalho, da ação colegiada, da realização pelo bem comum".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, veio garantir mecanismos e condições para que espaços de participação, o partilhamento e descentralização do poder ocorram. Já a gestão democrática, também contemplada na Lei, visa repensar a escola e sua organização, contribuindo para uma nova concepção de mundo, homem e sociedade.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se o caminho utilizado para alcançar os objetivos propostos, descrevendo a estrutura da pesquisa e os procedimentos metodológicos empregados na busca dos resultados. A preocupação se justifica pelo fato de que, nas classificações das pesquisas, os critérios podem ser relativos e elásticos, pois só adquire sentido e precisão dentro de um contexto comparativo bem definido.

O trabalho buscou abordar o tema, utilizando a análise quanti-qualitativa que, além de quantificar os casos de evasão, repetência e conseqüente exclusão social, se preocupa com aspectos da realidade que não possam ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Minayo (2002), a pesquisa quantiqualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Gerhardt (2008), as características da pesquisa quantiqualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações, descrever, compreender, explicar; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos. Triviños(1987) complementa dizendo que uma pesquisa quantiqualitativa não envolve uma estrutura tão rígida quando a pesquisa quantitativa:

As informações que se colhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados. [...] As hipóteses colocadas podem ser deixadas de lado e surgir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos. Dessa maneira, o pesquisador tem a obrigação de estar preparado para mudar suas expectativas frente ao estudo (p.131).

Utilizou-se também, entrevistas semi-estruturadas, aplicadas à direção da escola, coordenação pedagógica, professores e funcionários, pois neste sistema de coleta, existe a possibilidade de acesso a informações além do que se tinha planejado anteriormente, podendo orientar hipóteses para aprofundamento do tema.

Como etapa do estudo, realizou-se um diagnóstico da realidade, no qual foram realizadas entrevistas, observações e análise documental. Foram entrevistadas a equipe diretiva, professores e funcionários e analisado a documentação da secretaria da escola: fichas de matrícula, arquivo passivo (arquivo de evasões), atas de resultados finais e outros e da documentação pedagógica: Projeto Político-Pedagógico, ementas das disciplinas, planos de estudo e projetos escolares.

Na sequência, passou-se à análise das informações, observação da realidade e o estabelecimento de relações entre as partes que integram o todo, no intuito de reunir dados significativos.

Com vistas a contextualizar o tema escolhido, buscou-se material impresso, não tendo encontrado, realizou-se uma retrospectiva histórica sobre o município de Engenho Velho, baseada em entrevista realizada com o Professor Mestre em História Regional e Doutorando pela UFRGS Joel João Carini, que possibilitou uma melhor fundamentação ao tema desta pesquisa.

Entre o início e o fim de qualquer atividade humana no tempo há a mudança: nenhum ser humano, nenhuma sociedade são os mesmos de ontem, e serão diferentes dos de hoje; a transformação acontece no processo histórico. (VIEIRA, 2001)

3. CONTEXTO GERAL DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO

O município de Engenho Velho localiza-se na região do estado do Rio Grande do Sul, denominada Alto Uruguai. Limita-se ao Norte com Três Palmeiras e Constantina; ao Sul com Rondinha e Ronda Alta; ao Leste com Ronda Alta e ao Oeste com Constantina. Possui uma área de 71 Km² e situa-se a 375 Km de distância da Capital do Estado - Porto Alegre/RS.

Até meados do século XIX, a área do atual município de Engenho Velho fazia parte do chamado Sertão do Alto Uruguai, uma região de florestas virgens, onde viviam os índios caingangues.

A chegada dos primeiros luso-brasileiros à região possivelmente ocorreu percorrendo o caminho de tropeiros, que faziam o contato entre a região das Missões do RS, com o centro do país, através do “caminho de Palmas”, a última rota do tropeirismo. Os caboclos tropeiros, segundo algumas versões, ao chegarem à região, teriam encontrado, além de índios, famílias de caboclos, as quais teriam se originado nos tempos das bandeiras e viviam em condições precárias, em ranchos dispersos pela mata nativa, vivendo de pequenos roçados e da coleta da erva-mate. O contato entre luso-brasileiros e índios se intensificou logo no começo do século XX, dando origem aos conflitos pela posse das terras. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

Assim, em 1911 foi demarcada a Reserva Indígena da Serrinha, com área de 11.950 ha. Esta área abrange atualmente, parte dos municípios de Engenho Velho, Constantina, Três Palmeiras e Ronda Alta.

No começo da década de 1920, o Governo do Estado inicia a colonização oficial da região, através da demarcação e venda de lotes das chamadas “terras devolutas”, por meio da Divisão de Terras Públicas. Esta iniciativa fazia parte de um projeto que visava assentar colonos remanescentes da antiga região colonial do nordeste gaúcho, ou seja, filhos ou netos de imigrantes italianos, e regularizar a situação dos caboclos posseiros e lucrar com a venda das terras. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

Durante quase três décadas de 1920 a 1940, foi grande a entrada de colonos, principalmente italianos, à região. No final da década de 1940, acabam as terras devolutas da região e sobram colonos sem terra.

Assim, inicia-se naquela época, sob vistas grossas dos governos, o processo de intrusão da reserva Indígena, com a conseqüente expulsão dos índios. Com a chegada dos italianos a partir da década de 1920, originou-se o núcleo do povoamento, e com este, a construção de uma serraria, também chamada de “engenho”. Passados alguns anos, o dito ‘engenho’ foi abandonado, virando “sucata”. Nascia assim o nome do lugarejo: “Engenho Velho”. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

Ainda, segundo o professor mestre Joel João Carini, que foi um dos líderes emancipacionistas do município de Engenho Velho e o primeiro prefeito do novo município,

A intensificação do povoamento, inclusive com a ocupação da reserva Indígena da Serrinha, provocou o aumento da população e um certo crescimento da economia, que atingiu o seu auge na década de 1980. Assim, no começo da década de 1990, surgiu o movimento pela Emancipação Política Administrativa do Distrito de Engenho Velho. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

Em 20 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9606, foi criado o Município de Engenho Velho, desmembrado do Município de Constantina.

Apesar de ter experimentado um surto inicial de desenvolvimento, o novo município viu-se logo a seguir às voltas com alguns problemas, os quais estão contribuindo para a saída contínua de seus habitantes, sobretudo, da área rural, com a migração para outras regiões. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

A economia do município baseia-se na agropecuária, onde se destacam as culturas da soja, trigo e milho em maior escala; e as culturas de feijão, laranja e hortifrutigranjeiros em escala menor; além da suinocultura, a pecuária leiteira tem uma importância muito grande para a maioria das propriedades.

Quanto ao comércio e indústria, apesar de ainda serem pouco expressivos para geração de empregos, pode-se dizer que houve um crescimento significativo com a emancipação.

Sobre o esvaziamento populacional, Carini salienta que:

Não há como reter a população no seu meio, vivendo e produzindo riquezas, se não houver perspectivas de um futuro melhor para eles. Todos os anos o Município vem perdendo população que migra para outros centros, em busca de dias melhores. É mão-de-obra que se vai, é mercado de consumo que se perde. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

Além dos problemas sócio-econômicos que vinham e vem provocando o esvaziamento populacional do Município, pode-se citar como o principal motivo a reintegração de posse da reserva Indígena da Serrinha aos índios caingangues, por força da Constituição de 1988.

A reintegração, iniciada no ano de 1998, provocou, ao longo de mais de 10 anos, a saída gradativa de todas as famílias de não índios, de uma área de 53% do território do município. Este evento gerou grandes transtornos, conflitos e angústia para os envolvidos, sejam eles colonos, índios ou administrações municipais. (CARINI, entrevista realizada em 25 de julho de 2010).

A população que até 1998, segundo o Censo do IBGE era de 2.268 habitantes, constituída por aproximadamente 70% de descendentes de italianos,

20% de caboclos ou luso-brasileiros e 10% de outras etnias. Hoje, através de dados obtidos junto ao Censo 2010, a população é de 1.530 habitantes, sendo que, aproximadamente 40% são de origem indígena caingangues, segundo informações obtidas junto a secretaria de assistência social da prefeitura municipal de Engenho Velho.

3.1 Contexto Específico do Estudo: a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto

A Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto do município de Engenho Velho-RS, criada em 02/06/1961, período em que Engenho Velho ainda era distrito do município de Constantina. Ela é, ainda hoje, a única escola do município com Ensino Fundamental e Médio, situada na sede, Rua Capitão Valério, 185.

A autorização e funcionamento das séries finais do Ensino Fundamental aconteceram na década de 70, sendo que a primeira turma formada foi no ano de 1978 e exatamente 20 anos depois em 1998, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio.

O corpo docente desta escola é constituído por 19 professores, destes: um (01) com magistério e cursando Licenciatura Plena em Letras, dezesseis (16) com Licenciatura Plena e Pós-Graduação concluída, um (1) com Pós-Graduação e cursando Mestrado em Física. Dos sete (07) funcionários, três (03) possuem Ensino Médio completo, um (01) com Ensino Médio e Licenciatura Plena em Pedagogia, um (01) possui Licenciatura Plena em História, um (01) possui Ensino Médio e cursa Tecnologia de Informações e um (01) possui Ensino Fundamental incompleto.

A equipe diretiva é formada por um diretor de 40 horas semanais, que é funcionário de escola, titulado em história, um vice-diretor com 20 horas semanais, que é graduado em matemática e uma coordenadora pedagógica também de 20 horas semanais, que possui graduação em pedagogia e pós-graduação em supervisão escolar.

Possui ainda, registrados e em funcionamento: Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil e Clube de Ciências que auxiliam a escola no andamento de suas atividades. Observa-se que a parte legal da escola está condizente com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O nível sócio-econômico da comunidade é regular/baixo. A maioria possui casa própria para morar, luz elétrica e água potável. A religião predominante é católica, seguida de perto pelas evangélicas e muitos ainda, dizem não possuir religião.

A escolaridade dos pais dos alunos indígenas, em grande parte, é de analfabetos, especialmente entre os mais velhos, entre os demais alunos, a escolaridade da maioria dos pais é de ensino fundamental incompleto.

Os alunos vêm para a escola com transporte escolar pertencente ao município e alguns de empresas terceirizadas custeadas pelo município e recebem merenda escolar nos turnos de funcionamento da escola.

As dependências administrativas são equipadas e informatizadas, são 7 salas de aula com mobiliário e banheiros, entre outras dependências, em razoável estado de conservação. Possui auditório e laboratório de ciências bem equipados, já o laboratório de informática está sucateado e não possui acesso à internet. Segundo a direção da escola, existe um projeto de atualização do laboratório de informática, que está sendo aguardado para breve, inclusive com acesso à internet.

A escola possui também um museu com acervo diversificado, sistema de som ambiente em todas as dependências, cozinha e refeitório equipados. Existe um amplo pátio, onde estão localizados o campo de futebol sete e a quadra de esportes aberta para a prática de Educação Física, há a necessidade da cobertura da mesma e ainda a revisão na instalação da rede elétrica do prédio mais antigo da escola, segundo a direção da escola.

O estabelecimento de ensino vem recebendo ano após ano, um número menor de matrículas, contudo conta com um número de alunos cada vez mais expressivo de indígenas da tribo caingangue, advindos da Reserva da Serrinha. Indígenas que, apesar de possuírem escolas de ensino fundamental completo em escola indígena dentro da reserva, preferem se deslocar até a cidade.

O grande desafio que se apresenta é, além do ingresso e permanência na escola especialmente dos alunos indígenas, investir no sucesso da vida escolar, visando a conclusão dos níveis de ensino que a escola oferece. Buscando a

formação de cidadãos responsáveis e participativos na sociedade, valorizando-os e incentivando-os a manterem a sua cultura e ainda a realizar um diálogo intercultural.

A equipe diretiva da escola e os professores oportunizam palestras com temas diversificados a toda comunidade escolar, a fim de diversificar as metodologias de ensino e possibilitar formas mais lúdicas de aprendizagem, buscando a cada evento, possibilitar a formação de seres humanos participativos, responsáveis, críticos, alicerçados em valores morais, conforme a filosofia da escola.

A crise de valores da família tem reflexos diretos na escola, um indicativo aparece quando os pais participam da vida escolar de seus filhos somente se convidados e ainda em número pequeno ou razoável, sendo que a maioria comparece somente para retirar boletins, abdicando desta maneira, para a escola e um pequeno grupo de pais, o poder de decisões que poderiam ser tomadas em um coletivo maior.

Segundo a direção, a escola sistematicamente motiva e insiste na participação dos pais, buscando que este número aumente cada vez mais, enviando convites e acolhendo-os bem, quando comparecem.

Salienta-se que a direção da escola, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação do município e a Coordenadoria Regional de Educação oferece cursos de aperfeiçoamento a professores e funcionários. Uma das manifestações dos docentes é a pouca participação na maioria dos cursos, evidenciando a desmotivação crescente. Entretanto, observa-se que os órgãos governamentais não oferecem suporte, nem mesmo cursos de educação indígena, aos professores que atuam nesta realidade diferenciada.

A escola realiza também diferentes eventos, com vistas a busca de melhorias na qualidade da educação oferecida como: seminários, palestras, pesquisas, gincanas, entre outros. Eventos que ainda são pouco valorizados pela comunidade escolar, trazendo muitas vezes efeitos desmotivadores tanto para os alunos como para os organizadores destes. Como educadores sabe-se que este processo de participação vai ocorrendo aos poucos, com o passar do tempo.

A análise documental da secretaria da escola levantou dados significativos, com relação a matrículas, evasões e repetência, entre os anos de 2001 e 2009 e que constam na tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados Estatísticos da Secretaria da Escola

| Anos | Matrículas | Aprovados | Evadidos | Transferidos | Reprovados |
|------|------------|-----------|----------|--------------|------------|
| 2001 | 357 | 292 | 30 | 11 | 24 |
| 2002 | 380 | 278 | 27 | 28 | 47 |
| 2003 | 350 | 290 | 27 | 15 | 18 |
| 2004 | 344 | 262 | 27 | 28 | 27 |
| 2005 | 331 | 218 | 32 | 35 | 46 |
| 2006 | 265 | 214 | 15 | 21 | 15 |
| 2007 | 271 | 203 | 24 | 18 | 26 |
| 2008 | 240 | 161 | 25 | 12 | 42 |
| 2009 | 227 | 136 | 17 | 38 | 41 |

Fonte: Secretaria da E.E.E.Médio Floriano Peixoto

A escola recebe alunos de várias comunidades, sendo elas quatro comunidades do interior do município e os demais fazem parte de aldeias indígenas da Reserva Indígena da Serrinha.

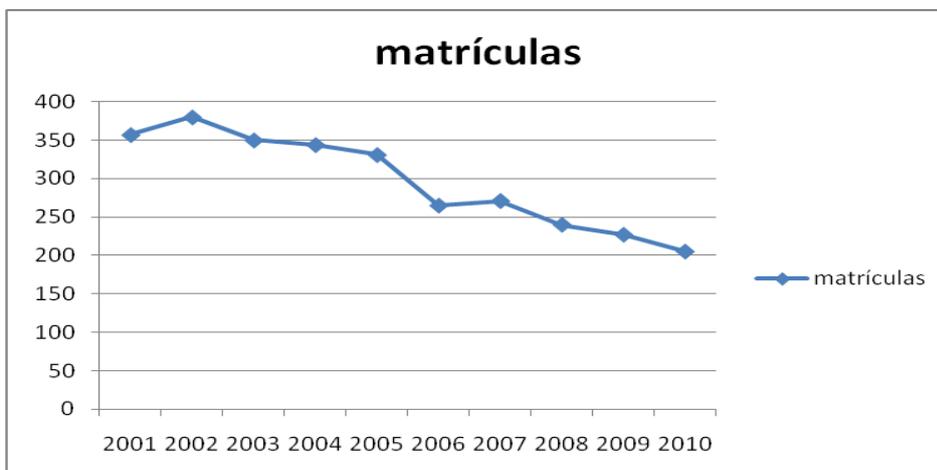
Conta em 2010 com 1 turma de 4ª série, 6 turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e 3 turmas do Ensino Médio, num total de 195 alunos matriculados. Predomina ainda, entre os alunos, a descendência italiana e em 2º lugar a indígena caingangue.

O processo de diminuição de alunos vem ocorrendo sistematicamente desde o início da retomada da reserva da Serrinha, que iniciou timidamente, acentuando-se com o passar dos anos como podemos observar no gráfico de matrículas, coletado em pesquisa documental, junto a secretaria da escola.

A diminuição do número de matrículas resultante do êxodo rural, acrescido do problema local: a retomada da reserva da Serrinha pelos indígenas caingangues, como se viu anteriormente, levando a um maior esvaziamento populacional e a consequente diminuição dos alunos.

Gráfico 1 - Gráfico Matrículas da Escola Floriano Peixoto entre os anos de 2001 a 2010

Gráfico 1 - Gráfico Matrículas da Escola Floriano Peixoto entre os anos de 2001 a 2010



Fonte: Secretaria da E.E.E.Médio Floriano Peixoto

Cabe citar que em 2001 o número de alunos indígenas era inexpressivo, sendo que, em 2010 atinge o índice de aproximado de 40 % (quarenta por cento).

O processo de avaliação visa balizar as ações pedagógicas que orientem a aprendizagem, no entanto se observa pelo gráfico, os crescentes índices de evasão e repetência com o passar dos anos. Mecanismo que revela a cultura autoritária e repressiva, ainda difícil de ser substituída por motivações positivas, como diz Ribeiro (1993, p. 72).

Gráfico 2 – Gráfico Evasão e Repetência da Escola Floriano Peixoto entre os anos de 2001 e 2009.



Fonte: Secretaria da E.E.E.Médio Floriano Peixoto

Percebe-se que apesar do número de alunos terem diminuído, os índices de evasão e repetência continuam os mesmos, automaticamente elevando os percentuais.

Observa-se que no ano de maior número de matrículas, que foi o ano de 2002 com 380 alunos matriculados, o número de evadidos foi de 27 (7,10%) e o de reprovados 47 (12,36%) e o ano de 2009 que até o momento é o de menor número, com 227 matrículas, sendo que houve 17 evasões (7,48%) e 41 reprovações (18,06%). Salaria também, o expressivo número de transferências ocorridas neste ano, que foi em número de 38 (16,74%). Transferências estas, ocorridas em sua maioria no terceiro trimestre letivo, quando os alunos indígenas retornam às escolas da aldeia, onde o sistema avaliativo contempla a progressão continuada.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da referida escola, observa-se que teve sua elaboração no ano de 2001, com o objetivo de construir uma educação mais inclusiva da comunidade e que atendesse as necessidades locais, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Inicialmente este projeto originou-se de encontros sistemáticos entre direção da escola, coordenação pedagógica e professores. Como se trata de uma proposta que busca a inclusão, acrescentou a participação também de pais, alunos, funcionários, conselho escolar, enfim da comunidade escolar como um todo.

O trabalho de elaboração do PPP buscou descrição minuciosa dos problemas, desejos e anseios frente à aprendizagem escolar, ou seja, diagnosticar a escola que temos e a escola que queremos. O trabalho realizado de maneira participativa balizou a construção deste diagnóstico, produzindo um documento com a 'cara' da comunidade.

No trabalho final, o PPP diz buscar "a escola como espaço de promoção, de direitos e desenvolvimento de potencialidades do ser humano em seus direitos, deveres, igualdade de classes sociais, inclusão, democracia, direito a vida e aos valores humanos."

Salaria que a escola seja um local "onde o aluno possa, no coletivo, buscar alternativas, construir e reconstruir conhecimentos através da teoria junto à prática." E sendo assim, "buscando desenvolver seres de consciência crítica, autônomos, com respeito às diferenças e interação junto a comunidade com o objetivo de torná-la cada vez mais democrática".

O referido PPP traçou metas e planos de acordo com a pesquisa participante, também, programou projetos escolares visando atender as expectativas da comunidade escolar.

A avaliação contemplada no referido plano é cumulativa, onde o aluno para passar de ano deve somar no mínimo 150 pontos, divididos em três trimestres letivos; para isto será oferecido aos alunos, pelo menos três instrumentos de avaliação por trimestre e em cada disciplina: provas, testes, trabalhos a critério do professor.

A avaliação dos alunos contempla ainda, uma nova oportunidade de recuperação ao final do período letivo, onde o aluno que não obteve aprovação durante o ano, terá uma nova oportunidade. Preocupação esta que aponta certa preocupação com o processo de avaliação, procurando oferecer mais oportunidades de aprovação aos educandos.

O Projeto Político-Pedagógico analisado contempla uma proposta de “Formação Continuada” para todos os docentes e funcionários, através de cursos, seminários, encontros educacionais entre outros encontros de formação, devem ser viabilizados na escola, em outras escolas ou ainda, em outros municípios. Segundo a direção da escola, vem sendo oportunizado esta formação, porém, há uma mínima participação por parte dos docentes, resultante talvez, da desmotivação crescente.

Desmotivação esta conseqüente da pouca valorização dos profissionais da educação, principalmente no que diz respeito aos baixos salários pagos pelo governo estadual aos docentes e a crescente pressão para que em 20 horas semanais se trabalhe 17 horas em sala de aula, diminuindo cada vez mais o tempo para preparação das aulas.

As ementas, planos de estudo e de trabalho seguem a mesma trajetória, foram debatidos e estabelecidos metas e diretrizes durante a construção do PPP. Posteriormente houve, entretanto, algumas adaptações por força de Leis como a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008, que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional para incluir a obrigatoriedade da temática ‘afro-brasileira e indígena’, em uma correção, simbolicamente tentando diminuir o débito histórico para com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optar por reorganizar e executar um Projeto Político-Pedagógico participativo é um grande desafio. Nessa ação a escola, assume o papel principal de trabalhar o conhecimento como mediador da prática pedagógica e atender seu papel que é o de possibilitar o acesso ao saber sistematizado.

Após este período de pesquisa e observação, com base na fundamentação teórica levantada no início dos trabalhos conclui-se que, a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto possui um Projeto Político-Pedagógico construído de forma participativa, porém defasado, já que isto ocorreu a quase 10 anos e não houve uma reestruturação, mais recente, nos moldes participativos. Planos pensados para uma realidade social, sendo aplicado em uma realidade totalmente adversa.

Passar de uma comunidade, com maioria de descendente de europeus, para uma realidade de quase 50% alunos indígenas da tribo caingangue, com todas as suas características culturais, seus costumes, sua língua, enfim, sua realidade diferenciada, tendo um Projeto Político-Pedagógico que não foi devidamente adaptado ou reformulado, talvez seja a principal origem do problema apresentado.

Levando-se em conta que a realidade social é dinâmica e que contempla múltiplas faces, ouvir e dialogar com a complexidade existente é fundamental. Portanto, constata-se uma falta de atualização participante no PPP da escola e conseqüentemente nos projetos educacionais.

A partir da Constituição Federal de 1988, o direito a educação escolar diferenciada nas aldeias indígenas foi assegurada, possibilitando-lhes inclusive o uso das línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem em suas escolas. Maria Aparecida Bergamaschi em seu texto: Povos Indígenas: conhecer para respeitar (2008), salienta que:

Se por um lado, observamos as comunidades indígenas interessadas em conhecer o modo de vida não-indígena e qualificar o diálogo intercultural, por outro, professores das escolas da nossa sociedade (não-indígena) também querem desenvolver propostas didático-pedagógicas mais condizentes com a realidade atual dos povos que compõem a diversidade cultural brasileira. (BERGAMASCHI, 2008, p.11)

Contudo, sabe-se que os materiais didático-pedagógicos que levam em consideração a temática indígena, com pesquisas sérias e atualizadas são poucos,

porém, o livro Povos Indígenas & Educação (2008) tem por proposta “viabilizar uma publicação que cumpra o objetivo de realmente dialogar com professores e estudantes das licenciaturas, com linguagem clara, direta e simples - sem simplificações” (p.11).

Lucia Helena Alvarez Leite, no texto: Com um pé na aldeia e um pé no mundo: avanços, dificuldades e desafios na construção das escolas indígenas públicas e diferenciadas no Brasil (2010), aponta que os cursos de formação de professores, inclusive professores indígenas podem ser um espaço de reflexão da prática, partindo de um debate travado nos cursos confrontado com o dia a dia escolar, ou seja, a experiência prática, transformada em experiência formadora, fortalecendo o compromisso e a luta que estes professores tem com as suas comunidades.

A idéia da escola indígena como uma ponte entre a aldeia e o mundo indica um determinado projeto educativo que tem, na sua base, o diálogo de saberes, desafio colocado para a escola que, se propõe comprometida com os interesses das comunidades indígenas. (ALVAREZ LEITE, 2010, p.203)

A fim de alavancar este trabalho complexo e desafiador que é o diálogo intercultural entre os índios e não-índios, pode-se realizar um estudo das obras já publicadas, como as citadas acima, em uma busca de embasamento teórico para a reformulação do PPP escolar e porque não dizer da sociedade como um todo.

Diante de necessárias mudanças, no que tange a parte administrativa e pedagógica, o professor vê-se inseguro e com necessidade de aprofundar seu referencial teórico. Sabemos que a essência do aprender, tem a ver com o professor, aquele que administra, estimula, enriquece e dá vida a uma série de processos que levam o aluno a aprender, assim destaca-se o profissional, que quebra paradigmas, que revê sua ação diária. É preciso mudar a prática, sabendo que não se muda de ação, sem passar pelo processo da angústia, do desconforto.

Como o mais importante em todo campo de conhecimento, não é dispor de informação acabada, mas possuir instrumentos para resolver os problemas que se apresentam em tal campo, quem se sentir possuidor de informação acabada, tem esgotadas suas possibilidades de aprender e de ensinar de forma realmente proveitosa.

O currículo escolar também deve ser repensado, visando contemplar a nova realidade apresentada, pois é nele que se vê transformado o dia a dia em vida escolar. Entende-se que é no currículo que a escola contempla a construção de

valores e conhecimentos filosóficos, sócio-culturais, espirituais, éticos e morais, indispensáveis a dignidade humana.

O processo de avaliação precisa ser revisto e repensado, pois não pode continuar a ser somente constatação, mas deve balizar as ações pedagógicas que visem à aprendizagem.

Miguel Arroyo em seu livro: *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres* (2004), afirma que devemos sim aprofundar os conhecimentos que os professores e educadores possuem sobre as teorias da aprendizagem. Enfatiza ainda que, a reprovação faz com que as crianças e adolescentes passem por um processo de “rupturas de suas identidades e identidades quebradas são mentes bloqueadas para aprender”, podendo levá-los a além da exclusão cultural, também à exclusão social.

A construção ou, neste caso, a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da escola, deve ser encarado pelo gestor e sua equipe, como espaço de modificação da escola. O PPP oportuniza um espaço privilegiado onde se possa exercitar a democracia, o diálogo e o respeito às diferenças sociais e de opinião, local e espaço facilitados pelo líder do processo, o verdadeiro gestor escolar.

O espaço propício para esta participação, proporcionado pelo gestor escolar, principal líder e responsável pelo processo reconstrução do PPP, deve ainda fomentar a participação coletiva nas Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e também, por que não dizer, da comunidade em geral.

A gestão democrática dá à comunidade escolar uma oportunidade de se tornar, além de usuária da escola, uma co-autora do seu processo de ensino aprendizagem, também a torna fiscalizadora da qualidade educacional e da gestão escolar.

O Projeto Político-Pedagógico não é somente um documento para ficar engavetado na coordenação pedagógica ou na sala do gestor, ele deve ser manuseado e atualizado permanentemente, pois dita as metas e os rumos que a escola irá tomar.

A Conferência Nacional de Educação Básica – Documento Final destaca que

a escola precisa ter uma relação permanente com a comunidade, construindo coletivamente e participativamente o PPP, observando o seu entrelaçamento com outros setores da sociedade, especialmente com os movimentos sociais e populares, dialogando com a realidade de cada

segmento, incluindo-os no processo de democratização do agir e do fazer o conhecimento.(2008)

Portanto, não restam dúvidas da necessidade premente de atualização do PPP e que uma maior democratização das ações pedagógicas, administrativas e financeiras também tão necessárias, para que a escola possa avançar e alcançar uma educação de qualidade, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Constituição Brasileira e almejada pela comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ LEITE, Lúcia Helena. **Com um Pé na Aldeia e um Pé no Mundo: avanços, dificuldades e desafios na construção das escolas indígenas públicas e diferenciadas no Brasil.** Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.195-212, Jan/Jun 2010. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/leite.pdf>.

Acesso em: 09 de janeiro de 2010.

ARROIO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Administração pública e a escola cidadã.** – ANPAE. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 217-226, jul/dez, 1999.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.) **Povos Indígenas & Educação.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

___ **Povos Ameríndios e Educação: Apresentando e Contextualizando o Tema.** Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.5-11, Jan/Jun 2010. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/leite.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2010.

BRASIL. Lei nº 9.496, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: _ HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil" _http://www.planalto.gov.br/ccivil__03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 20 de Abril de 2010.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.

CIPRIANO, Luckesi. **Prática Docente e Avaliação.** Rio de Janeiro: ABT, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Documento final.** Brasília: Ministério da Educação, 2008.

FERRARI, A. R. **Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avaliações recentes.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.52, p. 35-49, fev. 1985

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORIANO PEIXOTO, E. E. E. M. **Projeto Político-Pedagógico Participativo.** Engenho Velho: RS, 2001.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo.** Petrópolis: Editora Vozes, 6ª edição, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Construindo a Escola Cidadã.** In: Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã. MEC, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos da pesquisa.** UFRGS, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eenf/laboratorios/levi/projeto5/apostila.pdf>. Acesso em: 21 de Abril de 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

MENEGOLLA, Maximiliano e Sant 'Anna, Ilza Soares. **Por que Planejar? Currículo? Área- Aula.** Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Unidade B: A Gestão Educacional e a Organização Escolar**. 2008. Disponível em:<http://cead.ufsm.br/moodle/mod/resource/view.php?id=4065>. Acesso em: 20 de Abril de 2010.

PEREIRA, Fabíola Andrade. **Revista Gestão em Rede**. nº 71, Ed Nova Escola, Agosto 2006,

RIBEIRO, Darci. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Passo Fundo: UPF, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Celso S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo, Editora Libertad, 1997.

_____. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança**. São Paulo: Editora Libertad, 1998.